



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
CÂMARA TÉCNICA DE BIODIVERSIDADE

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 451 – Ed. Petro Tower – Sala 1601, - Bairro Enseada do Suá - Vitória
- CEP 29050-335

Telefone: 2732224775

**ATA DA 08ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA PESCA E AQUICULTURA (GT PESCA)
INTERCÂMARAS**

Local: Faculdade de Ensino Superior de Linhares – Avenida Presidente Costa e Silva, 177 – Linhares/ES

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dez horas, deu-se início a 8ª Reunião do Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura (GT PESCA), instituído pela Deliberação nº 175, de 29 de junho de 2019, do Comitê Interfederativo – CIF.O representante do IBAMA/ES e indicado pela coordenação do GT Pesca para presidir a reunião cumprimentou a todos e após a apresentação dos membros fez a leitura da pauta.

Referente ao item 1 de pauta, Nota Técnica nº 8/2019/SEI/GEARE/GGALI/DIRE2/ANVISA – Avaliação de Risco: Consumo do pescado proveniente de regiões afetadas pelo rompimento da Barragem do Fundão/MG, o representante do IBAMA informou que foi relatado na última reunião deste GT da realização de uma reunião a pedido do Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Linhares/ES) com o objetivo de esclarecer questões e contrapor algumas notícias vinculadas à liberação do consumo do pescado das regiões afetadas pelo rompimento da Barragem de Rejeitos do Fundão/MG. Ponderou que a ANVISA deixou clara a necessidade de maiores dados e informações para se ter conhecimento do real estado de contaminação do pescado. Ressaltou que a interlocução com a ANVISA deve ser conduzida pela Câmara Técnica de Saúde, devido à natureza do assunto. A representante da Fundação Renova informou que os dados repassados para a ANVISA continham metadados (por exemplo: espécie, local de coleta, etc.) que não foram utilizados pela ANVISA para elaboração da Nota Técnica e que o parecer emitido pela ANVISA contendo especificações para os dados adicionais é específico às limitações das análises, não trazendo informações referenciais, porém já se dispõe de novos dados dentro do padrão solicitado para completar as lacunas geradas pela NT em questão. A representante da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Linhares/ES criticou a forma da divulgação dos dados da referida NT por parte da Renova pois gerou um mal-estar e uma ausência de resposta se o pescado pode ou não ser consumido. Ponderou que a metodologia das coletas e análises geram estudos que não convergem, que existem vários critérios e variáveis e essas são questões complicadoras. Criticou a falta de divulgação da realização dos estudos e muitas vezes eles são descobertos apenas quando geram resultados, frisando que muitos não trazem o resultado desejável. A representante da Renova informou da necessidade de integrar as metodologias dos estudos com a saúde humana e com o lado ambiental para não se ter dados e análises conflitantes. O representante do IBAMA ponderou que os estudos contidos na NT emitida não foram realizados com o objetivo de avaliar a contaminação do pescado para o consumo, que os dados foram coletados para outros fins, principalmente com foco na caracterização da biodiversidade. Reforçou a necessidade de aperfeiçoar a forma de comunicação e divulgação dos documentos que podem gerar ruídos nas comunidades. O representante dos atingidos de Conselheiro Pena/MG criticou que os estudos utilizaram indivíduos juvenis ("filhotes") de peixe para avaliar a contaminação, e que o ideal seria utilizar indivíduos adultos, que representam mais fidedignamente o potencial de contaminação daquela espécie no local em que foi coletada. A representante da Renova informou que foram coletadas espécies de várias idades e sem foco em filhotes, que todas as espécies são analisadas pelos laboratórios e os dados coletados são capazes de responder várias perguntas. A representante da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Linhares/ES informou que existe uma demanda de contratação na área da saúde em curso

pela Fundação Renova mas não se tem a informação do seu andamento e da metodologia utilizada, pontuando a necessidade da convergência dos estudos para gerar resultados úteis à sociedade. O representante dos atingidos do Estado do Espírito Santo pontuou a necessidade de realizar coletas nas áreas de maior concentração do rejeito e frisou que a morosidade existente, devido à legislação brasileira sobre o tema, atrasa o pagamento das indenizações, sendo que existem pessoas necessitadas consumindo o pescado. Frisou a necessidade de auxílio dos órgãos públicos e de análises não só da água para consumo humano, mas também da água bruta. A representante da Renova reiterou que existem novos dados sendo produzidos e que eles podem ser compartilhados com outros responsáveis. **Sendo assim, o representante do IBAMA e coordenador substituto do GT Pesca solicitou que a Renova compartilhe esses dados antes da manifestação da ANVISA.** O representante dos atingidos do Distrito de Povoação/ES frisou a necessidade de maior cuidado na publicação de assuntos polêmicos para as comunidades e que é preciso um profissional de confiança para contato e repasse de informações aos atingidos. A representante da Renova informou que muitas vezes a Renova comparece nos territórios sem a presença de representantes das CTs ou órgãos públicos, solicitando maior interação. O representante do IBAMA ponderou que as Assessorias Técnicas devem trazer para às CTs e GTs as necessidades da população e também repassar para as comunidades o que foi discutido e decidido nos fóruns. O representante da Ramboll informou que o Centro Rosa Fortini faz um trabalho de acompanhamento muito satisfatório das atividades junto à Renova e CTBIO e sugeriu que estudos com metodologias diferentes podem auxiliar nas análises, tendo uma base comparação correta, elogiou os estudos feitos pelo Sr. Frederico, da Universidade Federal de Viçosa. O representante da Ramboll ponderou que o tema da pesca envolve muitas questões e que a estrutura dos Programas fragmenta os territórios e comunidades pesqueiras. Sugeriu maior integração e articulação entre os temas no intervalo das reuniões do GT Pesca e frisou a necessidade da reformulação do PG 016 (Retomada da Atividade Pesqueira) para evitar que os territórios se adequem ao Programa, sendo que o correto é que o Programa se adeque aos territórios. O representante do IBAMA ponderou que, após as reuniões, pouco se trabalha na pauta e articulação dos temas, sendo necessário criar mecanismos para essa articulação em paralelo às reuniões. A representante da Renova relatou que na última reunião do GT ficou encaminhado de fundar dois subgrupos, um para discutir o ordenamento pesqueiro e outro para discutir o escopo do PG 016, faltando a indicação dos representantes dos atingidos. O representante dos atingidos sugeriu indicação dos nomes das comissões dos atingidos nas bases. O representante dos atingidos do Município de Rio Doce/MG relatou dificuldade de preenchimento da planilha de solicitação de custeio para a participação nas atividades do Sistema CIF. O representante do IBAMA relatou que existe a possibilidade da coordenação do GT Pesca entrar em contato com os territórios para definição dos representantes em cada um deles, sugeriu também discutir no âmbito do CIF uma melhor forma de formalizar e organizar a demanda para a participação dos atingidos nas reuniões. O representante dos pescadores de Linhares/ES criticou a formação de novos subgrupos, o erro no sistema de cadastro dos pescadores e da indenização dos mesmos. Informou que existe pesca e comercialização do pescado do rio Doce em outras localidades. O representante dos pescadores de Governador Valadares/MG ponderou que existem trechos do rio Doce com tumultos em relação à atividade pesqueira, e a proibição ou não da pesca deve ser relativa à toda a bacia. Criticou o fato de vários pescadores criticarem a NT nº 8 da ANVISA mas continuarem pescando e comercializando o pescado. A representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) pontuou diversos problemas de saúde devido à contaminação do pescado, criticou a baixa representatividade das secretarias de Saúde e dos responsáveis pelo desastre nas reuniões deste GT. Exigiu à punição aos responsáveis pelo desastre e reparação dos danos de forma rápida e ponderou que muitas pessoas ainda realizam a pesca no rio Doce pois ainda não estão recebendo a indenização que deveriam receber. O representante da Ramboll sugeriu que o GT Pesca organize os entraves apresentados pelos atingidos e realize uma articulação com as outras CTs, trazendo respostas aos questionamentos apresentados nas próximas reuniões do GT.

Referente ao item 2 de pauta, dados do IGAM sobre o registro e monitoramento dos rios tributários da região, a representante da Fundação Renova informou que a solicitação da apresentação dos dados de metais na água é recorrente e, por isso, fez consulta aos dados do Instituto Mineiro de Gestão das Águas para apresentação aos participantes do GT e informou que o Estado do Espírito Santo não possuía dados do monitoramento pré-desastre. Informou que o rio Doce se enquadra na Classe II segundo o sistema de classificação dos rios, pela Resolução CONAMA nº 357, que trata das águas destinadas: ao abastecimento para consumo humano após o tratamento convencional, à proteção das comunidades aquáticas, à recreação de contato primário, à irrigação de hortaliças ou plantas de contato direto do público e à aquicultura e atividade de pesca. Apresentou o Plano e o Diagnóstico de Qualidade da água na bacia e que houve violação de parâmetros, como coliformes fecais, fósforo, turbidez e DBO. Explicou que

existem metais presentes no solo da bacia do rio Doce e foram excluídos das análises. Apresentou dados históricos dos afluentes e resultados das violações antes e após a chegada do rejeito nos rios: do Carmo, Casca, Piracicaba, Suaçuí Grande e Manhuaçu. Relatou que os afluentes citados acima estão carregando metais para o rio Doce devido às suas características e apresentou dados do Manganês, Alumínio, Arsênio e suas violações nesses rios. Ponderou que há uma alteração forte na turbidez da água devido à dragagem da UHE Risoleta Neves e que os níveis desse parâmetro são significativamente maiores após o rompimento da barragem. Ponderou também que os níveis de Ferro em épocas de chuva se apresentam maiores. Mostrou que os níveis de arsênio se demonstravam acima dos parâmetros permitidos antes do rompimento. Por fim apresentou um panorama geral e encerrou a apresentação. O representante da Ramboll ponderou que os dados apresentados não levam em conta apenas a porcentagem dos dados e o que foi apresentado não mostra os níveis de violação, questionou o fato de que os dados do período seco apresentam menor contaminação sendo que o aporte continua o mesmo. A representante da Renova informou que foram utilizados dados quantificáveis e que não existem dados pré-desastre a montante da barragem para realizar um comparativo entre eles. Informou que a contaminação no ser humano depende do nível de exposição ao rio e que não se sabe o quanto os órgãos de saúde trabalharam nesses dados antes do rompimento da barragem. O representante dos atingidos de Conselheiro Pena/MG criticou o fato de peixes estarem morrendo, animais e goiabas da região estarem abortando. A representante da Renova informou que devido às violações dos parâmetros da água do rio Doce após o rompimento da barragem o rio não se enquadra mais na Classe II, que a causa de doenças depende da ecotoxicidade do elemento e do nível e grau de exposição ao rio, podendo ser causadas por um único ou mais elementos. Ponderou que a região do rio existe muito Ouro e o Arsênio se apresenta junto ao Ouro, que a mineração, agricultura, pastagens e indústrias contribuem para a degradação da bacia. Frisou que existe uma demanda muito grande de estudos e nem sempre é possível integrar tais estudos, sendo esse um grande desafio e ainda não foi a descoberta a melhor forma de realizar essa análise de forma integrada. O representante da Ramboll relatou que não foram apresentadas as quantidades violadas, apenas porcentagens, que é preciso identificar os impactos agudos e crônicos.

Referente ao item 3 de pauta, mapeamento dos pescadores cadastrados, o representante do IBAMA informou que casos pontuais de problemas no cadastro devem ser tratados na CT-OS. Ainda, ressaltou que já fora informado à fundação Renova que a expectativa do GT Pesca é que a fundação Renova fosse capaz de refinar as informações de cadastro de forma a proporcionar, guardadas as devidas proporções e limitações, uma base de dados similar a um censo estrutural da pesca, na qual pudesse ser identificado o pescador por localidade/comunidade (e não por município); identificada a arte de pesca utilizada; os períodos de pesca; os locais de pesca; os recursos pesqueiros aos quais a pesca é direcionada; etc. A representante da Renova informou que a Fundação estabeleceu um limite para o custeio de representantes nas reuniões de CTs, GTs e CIF quanto ao quantitativo, uma vez que o volume de solicitações estava muito alto, frisando que o CIF deve realizar essa organização, mas que não houve negativas à participação de representantes dos atingidos. O representante da Renova informou que o principal objetivo do cadastro é levantar os danos causados aos atingidos e é gerada uma base para enquadramento em algum Programa específico, além do pagamento dos ressarcimentos. Frisou que foram adotadas diferentes metodologias de cadastramento e esse fato foi um entrave encontrado pois era preciso reunir as experiências em um único documento e o cadastro deveria ser feito por campanhas. Apresentou aos participantes as etapas do sistema de cadastro e que todo processo cadastral passa pelo envio de lotes ao CIF. Informou que existe uma preocupação no Programa de como tratar pessoas que já deveriam estar cadastradas e ainda não estão. Apresentou os dados do cadastro nas 3 campanhas e informou que a o segmento pesqueiro representa cerca de 80% no quantitativo de cadastrados. O representante da Ramboll manifestou que a Renova está fazendo o filtro na etapa de manifestação do atingido e em outras etapas seguintes, que o cadastro deveria ser uma forma de armazenar as informações que foram levantadas. Ponderou que o cadastro emergencial utilizou a lógica de empreendimentos de usinas hidrelétricas, mas o cadastro integrado não deve entrar nessa lógica, criticou que o atingido está sendo subestimado com isso. O representante dos atingidos de Conselheiro Pena criticou o fato do pescador documentado não ter sido reconhecido até hoje e que algumas campanhas ainda não foram atendidas. Por fim, o representante da Renova ponderou que está sendo desenvolvida uma metodologia para agilizar o processo de cadastro e contemplar os danos que até então não eram contemplados no cadastro integrado. Por fim, mostrou as campanhas estratificadas por municípios, gênero e faixa etária.

Referente ao item 4 de pauta, apresentação do Plano de Retomada da Pesca, apresentado na CT-EI, o representante da Renova contextualizou o tema, relatando que o objetivo do Programa é retomar a pesca de uma forma segura através do diálogo nas comunidades e trazer o melhor resultado para os envolvidos,

oferecendo alternativas de renda enquanto a pesca não é retomada e garantindo a sustentabilidade dos sistemas. Mostrou a espécies permitidas pela pesca, que o público alvo do Programa é o pescador artesanal profissional, mas como trata-se de um processo de reparação coletiva, atenderá o público da subsistência, apresentou o mapa das categorias classificadas pelo cadastro divididas por municípios. Apresentou estratégias para a retomada das atividades econômicas, de superação das limitações e restrições à pesca e estruturação produtiva alternativa para geração de renda. Apresentou o cronograma, status e parcerias realizadas no âmbito do Programa. Após questionamento sobre os protocolos de solicitação de Registro Geral da Pesca (RGP) não estarem contidos na lista, informou que a Renova só pode trabalhar com os dados oficiais e o governo precisa reconhecer esses protocolos. O representante dos atingidos de Conselheiro Pena ponderou que a Renova não considera os protocolos de solicitação de RGP e não reconhece pescadores que não possuem o Registro de Pescador Profissional (RGP). O representante da Ramboll informou que a pesca de subsistência também foi impactada e essa categoria deve ser inclusa no cadastro, frisou que a Renova deve trabalhar com critérios de vulnerabilidade, não só de renda, e se for analisar apenas a lei, muitas pessoas que passam necessidades serão excluídas do cadastro e indenizações. O representante da Ramboll discorreu sobre os eixos do Programa, como será tratada a efetiva redução dos danos e contaminação do pescado, que isso não está claro e não existe proposta definida. A representante da Renova citou a proibição da pesca e a necessidade de integração dos elementos e o papel do GT é a discussão e elaboração de um Plano de Recuperação da Pesca, em atendimento à Cláusula 122 do TTAC. Frisou a necessidade de elementos e subsídios para a tomada de decisões e que existem atividades alternativas de geração de renda que não dependem do rio. Discorreu sobre a necessidade de integração das atividades e principalmente chamar a responsabilidade no que se refere às atribuições dos órgãos públicos, assim como os responsáveis pela gestão pesqueira, tendo em vista a atual realidade e estoque pesqueiro, pois em um contexto geral o problema da pesca é anterior ao rompimento. Frisou ainda a necessidade do olhar dos atingidos para trazer o que precisa ser atendido e o que é possível de ser feito para que os mesmos se sintam confortáveis e consigam desenvolver atividades autossustentáveis, reiterou a necessidade de construção e debate do grupo pensando no futuro. O representante do IBAMA informou que a situação do colapso do ordenamento pesqueiro é delicada mas que os embaraços envolvendo o RGP e protocolos não podem ser utilizados no Sistema CIF para criar um empecilho para adoção das medidas de compensação e indenização direcionadas para a atividade pesqueira. Ponderou que o momento atual é para aprimorar e o sistema e buscar soluções para os problemas, com a participação dos Ministérios Públicos, pois quatro anos já se passaram do desastre e nada foi resolvido. O representante dos atingidos do município de São Mateus/ES informou da realização do festival de camarão do Município e que os camarões estão sendo adquiridos no Estado da Bahia, que já foram realizados três protocolos e a Renova não atendeu aos pedidos pois faltam verbas para a realização dos festivais pesqueiros. A representante da Renova **informou que repassaria os questionamentos ao programa responsável por essa ação, solicitando um retorno para a comunidade e representantes do GT. Às representações dos atingidos coube indicar os representantes de cada território para integrar o grupo de trabalho para acompanhamento do PG 016 (retomada da atividade pesqueira).**

Referente ao item 5 de pauta, apresentação do status do manejo de rejeitos, o representante do IEMA contextualizou o rompimento da barragem do Fundão e a assinatura dos termos para prover a reparação dos danos. Informou que a responsabilidade de mensurar o impacto do rejeito ficou sob responsabilidade da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental. Apresentou as características do Plano de Manejo de Rejeitos e que, como grandes dificuldades foram encontradas, o rio foi dividido em 17 trechos. Exemplificou as fases, como a delimitação da área, caracterização ambiental e coleta de amostras para caracterização dos depósitos de rejeitos. Citou que são necessárias alternativas para o manejo do rejeito levando em consideração a geração de atividade econômica, participação social e a própria função ambiental. Informou que o PMR apresenta vários estudos, bem como para avaliação de risco com foco no solo e na saúde humana. A representante da Renova informou que existem metodologias diferentes para avaliação desse risco, que o foco ambiental é para reduzir o contaminante para não atingir às pessoas e o foco da saúde é como preparar as estruturas e sistema de saúde para atender à essas questões e se ter o atendimento adequado. Frisou que se trabalha em conjunto mas nem toda ação e de responsabilidade da Renova. O representante dos atingidos de Conselheiro Pena questionou sobre a questão das ilhas e o representante do IEMA informou que essa questão está sendo tratada com as secretarias estaduais. A representante da Renova informou que para manejar o rejeito é necessário um licenciamento ambiental e a liberação desse licenciamento tem sido demorada.

Referente ao item 6 de pauta, subgrupo de gestão da pesca (informações de planos de trabalho), o representante do IBAMA frisou a necessidade de definição do subgrupo da pesca e avançar com o tema, e

em paralelo trabalhar a geração de renda alternativa. O representante da SEAG ponderou que o grupo da pesca já se reuniu por duas vezes no Estado do Espírito Santo e foram apresentadas alternativas de renda, frisou a necessidade da oficialização dos representantes do Estado de Minas Gerais e enquanto essas representatividades não estiverem alinhadas os Programas não poderão serem avaliados. O representante do IBAMA informou a necessidade da **indicação de dois representantes dos atingidos para cada território, de modo que os mesmos deverão se organizar e indicar para a CTBIO esses nomes. A coordenação da CTBIO entrará em contato com o Governo de Minas Gerais para reforçar a necessidade da participação de seus representantes nos fóruns do GT Pesca e nas reuniões dos subgrupos, reforçando a necessidade de articulação com as comissões locais.** A representante da Fundação Renova informou que **disponibilizará a apresentação e se respectivo documento (Definição do Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras) apresentados na Câmara Técnica de Economia e Inovação, referente ao PG-016, para a coordenação do GT Pesca.** O representante da Ramboll, à luz do que fora discutido ao longo da reunião, enfatizou que o GT Pesca se manifeste com relação ao escopo do PG016 a partir do enfoque da reparação integral. O advogado e representante dos atingidos de Governado Valadares sugeriu que algum representante do Ministério da Previdência seja convidado para participação e diálogo com os participantes do GT Pesca a respeito das questões previdenciárias das atividades pesqueiras, pois é uma preocupação dos pescadores a possibilidade de que estes possam perder o direito à aposentadoria especial caso venham a se engajar formalmente em alguma atividade econômica vinculada à alternativas de geração de renda no âmbito do PG 16 (programa de retomada da pesca). **A coordenação do GT Pesca articulará essa participação e convite.**

Referente ao item adicional de pauta, participação dos atingidos nas reuniões, o procurador Federal da República no município de Linhares/ES solicitou ao coordenador do GT Pesca prestar alguns esclarecimentos para os atingidos a respeito da participação nas reuniões. Informou que os atingidos não devem tomar atitudes precipitadas sem ter o tempo de análise e discussão, por isso é fundamental a participação das assessorias técnicas. Informou que o custeio dos atingidos nas reuniões está sendo discutido com a cúpula da Renova e frisou que não é conveniente a participação de todos os atingidos em todas as reuniões e processos, sendo que a participação deve ocorrer de acordo com a área de interesse e o momento correto para a participação mais efetiva. Ponderou que a participação dos atingidos e assessorias técnicas deve ocorrer nas tomadas de decisões e os MPs estão trabalhando forte para isso, frisando que existirão momentos de participação de cada comunidade e território. Por fim, agradeceu a todos e ao momento para esclarecimento.

Referente ao item adicional de pauta, apresentação dos rios tributários para monitoramento, o representante do Centro Rosa Fortini, o qual é assessoria técnica dos atingidos de Santa Cruz do Escalvado/MG e Rio Doce/MG, relatou que na última reunião do GT Pesca surgiu a dúvida de quais os rios tributários estavam sendo monitorados pela Renova e foi informado que existiam critérios para o monitoramento dos mesmos. Informou que o território de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce utilizavam a água de alguns desses tributários e, visto que o PG 016 utilizará a água de certos tributários, informou da realização de uma caracterização desses rios e mapeamento de algumas nascentes, mostrando a necessidade de monitoramento desses locais. A representante do IEMA informou que o PMQQS entrou em fase de revisão e citou a realização do Seminário de Revisão, onde serão discutidos assuntos relacionados aos pontos de coleta. Informou que no devido Seminário terão representantes do Centro Rosa Fortini e **sugeriu que tais representantes apresentem os dados e análises realizadas que subsidiem o monitoramento desses rios tributários no âmbito do PMQQS.**

GUSTAVO VAZ DE MELLO BAEZ ALMADA
Membro do Grupo Técnico da Pesca



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Vaz de Mello Baez Almada, Usuário Externo,** em 29/08/2019, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **5762318** e o código CRC **D292EC75**.

